



PREOCUPANTE

Mudanças climáticas ameaçam a Caatinga com desertificação e perda de espécies

A vegetação da Caatinga é adaptada à escassez de chuva na região, em um clima quente e seco, que se associa a um solo rico em minérios, raso e pedregoso

12 de fevereiro de 2024

Paula Pimenta, da Agência Senado

6 min. de leitura

A- A+



Foto: Carlos Souto | Wikimedia Commons

Os notórios efeitos das mudanças climáticas devem atingir severamente a Caatinga nas próximas décadas. Estudos por projeções estatísticas apontam que esse ecossistema deverá se tornar ainda mais quente e seco: a continuarem alterações nos padrões da temperatura e no clima, projeta-se para 2060 perda de espécies vegetais e animais em pelo menos 90% do território desse ecossistema. O cenário é de alerta para o único bioma exclusivamente brasileiro que caminha para a desertificação em algumas áreas.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que 42,6% dos 844,4 mil quilômetros quadrados do bioma já foram convertidos para outra destinação. E do que ainda resta, muito já está fragmentado, o que prejudica a capacidade de adaptação e dispersão das espécies, assim como atrapalha os serviços ecossistêmicos.

Muitas vezes negligenciado, o bioma é mal interpretado: a rica biodiversidade vai muito além dos sempre representativos mandacarus e xique-xiques. Além do grande número de plantas e animais, é da força da

Caatinga que se provê o sustento de boa parte dos moradores do sertão e do agreste nordestinos, que vivem em uma das áreas de escassez hídrica mais populosa do planeta – são cerca de 30 milhões de habitantes.

A Caatinga, que se espalha pelos nove estados do Nordeste e pelo norte de Minas Gerais, é o quinto tema da série “Biomass”, da Agência Senado. As publicações apontam as riquezas dos ecossistemas do país, os riscos iminentes que enfrentam e as propostas legislativas relacionadas a eles.

Há pouco mais de um ano, em dezembro de 2022, o Senado aprovou projeto de lei do ex-senador Garibaldi Alves Filho (RN), que institui, em 26 artigos, a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga. O PL 3.048/2022 (originalmente PLS 222/2016), que desde então aguarda análise da Câmara dos Deputados, altera a Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente (Lei 7.797, de 1989), para incluir a Caatinga entre os biomas que terão acesso prioritário aos recursos financeiros. A proposta também modifica a lei que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Lei 12.651, de 2012) para tornar mais restritiva a permissão de supressão da flora original.

O ex-senador Garibaldi, que já foi presidente do Senado, destacou na defesa do bioma que a Caatinga é uma das regiões mais sujeitas à desertificação no Brasil, sendo o semiárido uma das áreas de maior “vulnerabilidade social e ambiental”.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) quando da aprovação em caráter terminativo do projeto, o senador Jaques Wagner (PT-BA) lembra que a proposta visa “preservar o meio ambiente, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no bioma”.

– Para recuperar e conservar a Caatinga, é crucial investir em práticas sustentáveis, como restauração ecológica, manejo adequado dos recursos naturais e conscientização da comunidade sobre a importância da preservação. O reflorestamento é uma boa alternativa para preservar espécies e recuperar áreas degradadas. A agricultura deve envolver sistemas de produção mistos – agrícolas, pecuários e florestais –, bem como formas de beneficiamento e comercialização dos produtos, visando à sustentabilidade econômica – afirma Wagner.

Para o senador pela Bahia, estado onde mais de 50% da área é predominância da Caatinga, é preciso também maior rigor e fiscalização dos órgãos competentes e a adoção de campanhas para “conscientizar a população de que o cuidado com o meio ambiente impede a degradação, o encarecimento dos recursos naturais e o empobrecimento das comunidades”.

– É crucial tomar medidas efetivas para reverter esse cenário [de degradação]. Pela primeira vez, um estudo recente do INPE identificou trechos de clima árido em quase seis mil quilômetros quadrados no norte da Bahia. É um dado alarmante que tem uma explicação clara: as mudanças climáticas causadas pelo homem. O avanço do semiárido vem ocorrendo num nível acentuado. Se nada for feito, estarão ameaçadas a disponibilidade hídrica, a agricultura e a pecuária.

Assim como Jaques Wagner, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) considera urgente a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2023 que declara todos os biomas brasileiros como patrimônio nacional, a partir de alteração do parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal.

Até então, Caatinga, Cerrado e Pampa estão fora dessa proteção constitucional, já concedida à Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal, além da zona costeira.

– Se a gente conseguir levar esses três biomas ao patamar constitucional de patrimônio nacional, isso trará concomitantemente a exigência, entre outras coisas, de se ter políticas públicas de formulação de leis para regular a utilização desses biomas, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais, conforme prevê a Constituição Federal – disse a senadora.

A parlamentar lembra ainda que em abril do ano passado presidiu audiência pública na CMA para celebrar o Dia da Caatinga (28 de abril) e ressaltar a importância desse bioma para o semiárido brasileiro.

– A Caatinga é pobremente protegida. Apenas cerca de 1% de seu território se encontra em unidade de conservação de proteção integral, portanto é fundamental fomentar políticas públicas adequadas ao seu uso sustentável. A Caatinga abriga uma das maiores populações humanas em regiões semiáridas do mundo e boa parte vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica, portanto, depende desses recursos naturais, daí a importância da sua preservação.

Fonte: [Um Só Planeta](#)

Gratidão por estar conosco! Você acabou de ler uma matéria em defesa dos animais. São matérias como esta que formam consciência e novas atitudes. O jornalismo profissional e comprometido da ANDA é livre, autônomo, independente, gratuito e acessível a todos. Mas precisamos da contribuição, dos nossos leitores para dar continuidade a este imenso trabalho pelos animais e pelo planeta.

Faça uma doação

[Comunicar erro](#)

COMENTÁRIOS

0 comentários



Adicione um comentário...

[Plugin de comentários do Facebook](#)

VOCÊ VIU?

DESMATAMENTO

BIODIVERSIDADE

Em um ano, garimpo destruiu 1.400 hectares de floresta em três terras indígenas da Amazônia

CAUSA DE INCÊNDIOS

Corais danificados podem se recuperar com a reprodução de sons de recifes saudáveis, indica pesquisa

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA





Aumento alarmante da seca do solo afeta um terço do mundo, revela estudo



Cidade do Acre pode ser a 1ª na Amazônia a mudar de lugar devido a emergência climática



IR PARA O TOPO

SOBRE A ANDA

[Apresentação](#)

[Princípios](#)

[Vídeo Institucional](#)

[Depoimentos](#)

[Glossário](#)

[Equipe](#)

CONTEÚDO

[Notícias](#)

[Artigos](#)

[Destaques](#)

[Entrevistas](#)

[De olho no planeta](#)

[Vídeos](#)

[Ética Animal](#)

[Você é o Repórter](#)

[Histórias Felizes](#)

[Receitas Veganas](#)

COLABORE

[Defensores ANDA](#)

[Doações](#)

[Saiba como colaborar](#)

[Vitrine Ética](#)

[Divulgue a ANDA](#)

[Parceiros](#)

[Contato](#)

[Guias para download](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

[POLÍTICA DE COOKIES](#)

[CONTATO](#)

faleconosco@anda.jor.br

[CRIAÇÃO](#)

Dokoro

[DESENVOLVIMENTO](#)

Felipe Saldanha

[ONDE ESTAMOS](#)



© 2008–2024 ANDA – Agência de Notícias de Direitos Animais

A ANDA faz parte da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD)

Silvana Andrade, presidente da ANDA, é conselheira da UNESCO SOST Transcriativa e membra do Fórum Global de Segurança Alimentar e Nutrição